

Ata da XXXVIII Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios

23 de Novembro de 2017

Às 14h20min do dia 23 de novembro de 2017, deu-se início a XXXVIII Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 535, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião os conselheiros: Luiz Fernando Guimarães Brutto (ESEC Tamoios); Diego Pereira Mendes e João Luiz Vilela Victal (BIOMA); Almir Tã (AMPIA); Wagner Robison Meira Junqueira, Bruno Andrade, Tarcísio de Souza Reis e Vitor H.P. Simão de Souza (SEAAP - Angra dos Reis) e Nadine Castro Paixão (Secretaria de Desenvolvimento Urbano), todos da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis; Monica Mesquita Nemer, representante da Prefeitura Municipal de Paraty; Aldo de Bulhões Lara e Nilton de Oliveira (Associação de Moradores de Tarituba); Lilian Letícia Mitiko Hangae (APA CAIRUÇU/ICMBIO); José Luiz Zaganelli (IED-BIG); Eliomar F. do Nascimento (Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba); Tiago Oliveira Menezes, André Luiz de Araújo e Pedro Ivo Calazans Simão (FIPERJ); Nordange Pires de Souza (Transpetro). Também estavam presentes: Adelino Castro (Associação de Pescadores da Praia de São Gonçalo); Maria Tereza M. de Széchy (UFRJ); Eduardo Bisaggio (IBAMA); Maristela Resende (PARNA/Serra da Bocaina); Suzana M. Ramineli e Ana Cláudia Navarro de Figueiredo (Projeto Cavalos do Mar); Vagno Martins da Cruz (Fórum de Comunidades Tradicionais); Rodrigo M. de Souza e a equipe da ESEC TAMOIOS; chefe substituto e analista ambiental Eduardo Godoy Aires de Souza; a analista ambiental Sylvia Chada, a estagiária Aliane Alves da Fonte Motta e a voluntária Cristiane Xavier.

O presidente do conselho, Fernando Brutto, iniciou a reunião dando as boas vindas, abrindo para uma rodada de apresentações e consensuando os pontos de pauta: Definição da composição do conselho a partir da nova portaria estruturada por setores; Projeto de Monitoramento do desembarque pesqueiro na Baía da Ilha Grande (FIPERJ); Implantação do Termo de Compromisso com pescadores de Tarituba; Projeto de Capacitação e Informes Gerais. Foi acordado com os presentes uma mudança na ordem da pauta, ficando para o final o assunto da composição do conselho ao invés de no início da reunião.

Logo após a apresentação da pauta da reunião o Sr. Eliomar mencionou que gostaria que os pescadores que residem na Vila Histórica de Mambucaba pudessem se envolver na gestão da ESEC. Fernando Brutto explicou como ocorreu o processo do Termo de Compromisso de Tarituba, do seu desenvolvimento até sua aprovação, os percalços que ocorreram durante o período, que se estendeu por aproximadamente 8 anos, e que este momento é de congregação em torno do pacto assinado, pois com a

aprovação será iniciada uma nova etapa do Termo de Compromisso, a implementação, que envolve uma série de obrigações dos pescadores e da UC. Ele ressaltou ainda a importância da aprovação e implementação deste termo, uma inovação dentro de uma Estação Ecológica onde será permitido pescarias artesanais dentro de determinadas condições e para um pequeno grupo enquadrado como aqueles mais afetados em suas atividades tradicionais pela criação da unidade.

O Sr. Aldo, da AMOT, reforçou a importância e o compromisso assumido pelos pescadores de Tarituba com a ESEC Tamoios/ICMBio na implementação do Termo de Compromisso para que este tenha sucesso, ressaltando ainda que Tarituba sempre foi a mais prejudicada pois a maioria de suas áreas de pesca estão localizadas dentro da área da UC. Sílvia, em resposta ao Sr. Eliomar, explicou que de início o Termo de Compromisso abrangeria também os pescadores da Vila Histórica de Mambucaba, mas que naquele momento não foi possível tocar o processo nas duas localidades e Tarituba foi priorizada, por ter um grupo afetado diretamente e naquele momento mais organizado. Fernando salientou que somente os pescadores credenciados ao Termo de Compromisso de Tarituba poderão pescar dentro da área da ESEC Tamoios/ICMBio e serão monitorados periodicamente. Lembrou também que a área da ESEC Tamoios/ICMBio se restringe a apenas 5% da Baía da Ilha Grande. Lílian ressaltou a importância do Termo de Compromisso de Tarituba, que será um aprendizado para todos os envolvidos e que essa iniciativa possibilitará incentivar que outras comunidades que tenham interesse se organizem e sigam o Termo de Compromisso de Tarituba como exemplo, mas que o momento é de grande satisfação pelo avanço e assinatura deste acordo.

O representante da Secretaria de Pesca de Angra dos Reis sugeriu que houvesse uma restrição de pesca para as embarcações de grande porte de outros locais nas águas de Angra dos Reis e Paraty. Fernando sugeriu que representantes dos dois municípios, junto com os conselhos de pesca, se reúnam e abordem esta questão, salientando o quanto é importante que os municípios definam suas próprias normativas e os benefícios que poderiam advir para o setor de pesca local. Wagner (Secretaria de Pesca de Angra dos Reis) propõe um passeio de barco como cortesia para que os integrantes do conselho consultivo aqui presentes conheçam as ilhas de Angra dos Reis e a importância do turismo local.

Em seguida a palavra foi passada para Tiago, da FIPERJ, para apresentação do trabalho de Monitoramento Estatístico de Pesca Embarcada (MEPE) da FIPERJ no Estado do Rio de Janeiro. Tiago explica que o monitoramento ficou paralisado por um período por falta de verba, retomando suas atividades em julho de 2017. O monitoramento da FIPERJ abrange 180 pontos da costa do estado do Rio de Janeiro, contemplando mais seis municípios além de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba: São João da Barra, Campos, Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé e Armação de Búzios. A

coleta de dados se estenderá por cerca de dois anos e este é um dos trabalhos mais importantes da FIPERJ. Angra dos Reis começou a ser monitorada a partir do ano de 2010. Os dados ainda estão sendo compilados e está sendo atualizado gradativamente.

Segundo Tiago, a FIPERJ possui informações que comprovam a extração de peixes da baía de Angra dos Reis por embarcações de até 120 toneladas, embarcações com grande autonomia de pesca e em sua grande maioria oriundas de outros estados, como Santa Catarina, principalmente. Sylvia reforça a proposta de organização de um fórum para gestão compartilhada da pesca, envolvendo Angra dos Reis e Paraty. Fernando sugere ainda, que os representantes dos órgãos competentes e comunidades (IBAMA, ESEC, Setor de Pesca de Angra dos Reis e Paraty), de forma conjunta se debrussem sobre a importância da atividade pesqueira para as duas cidades, se organizem, e que a pesca na baía seja em benefício e direito dos pescadores de Angra dos Reis e Paraty e não de pescadores outras cidades, no que poderia aumentar a produção para o setor de pesca local com mais geração de renda para as cidades e agregação de valor.

Os dados de monitoramento indicam que Paraty é o maior produtor de camarão da região com aproximadamente 155 desembarques entre o período de julho a setembro de 2017. Tiago disponibilizou o formulário de entrevista de pesca, que servirá com sugestão de modelo para o monitoramento do Termo de Compromisso de Tarituba.

Foi comentada a aprovação do projeto de André Araújo, da FIPERJ, no “Desafio BIG”, de diagnóstico dos cercos flutuantes. Sylvia lembrou que o estado de São Paulo já aprovou legislação para a regularização dos cercos flutuantes.

Passando para o ponto de pauta de definição das instituições que comporão cada setor da nova portaria do conselho consultivo da ESEC Tamoios, Sylvia retomou o quadro montado na reunião ocorrida em 21 de junho, identificando as instituições presentes, as que manifestaram interesse em participar do conselho mas não puderam estar presentes nesta reunião e algumas instituições que ainda não se manifestaram mas que os conselheiros consideram importante estar no conselho. De acordo com o arranjo por setores da Portaria Atual, os órgãos públicos ambientais estariam representados na esfera federal pela ESEC Tamoios, APA Cairuçu, PNSB e IBAMA, hoje aqui presentes. Na esfera estadual, o INEA ainda não manifestou o interesse em permanecer com representação no conselho. Na esfera municipal, tanto Angra quanto Paraty confirmam o interesse, através de suas secretarias de Meio Ambiente ou Pesca. No Setor de órgãos Públicos/Áreas Afins somente a FIPERJ está hoje representada. A Capitania é um ator importante que os conselheiros reconhecem que deve permanecer no conselho. O IPHAN foi convidado mas não se manifestou. Para o Setor de Ensino, Pesquisa e Extensão temos a confirmação da Uff e UERJ, que não puderam

estar presentes nesta reunião e ainda a UFRJ, representada aqui pela professora Maria Tereza. Além dessas, há contatos feitos com a Universidade Estácio de Sá, com o Pólo do CEDERJ em Angra e também com o CEFET. Na categoria de Usuários do Território, para o Setor Pesqueiro e Aquícola há a confirmação somente da Colônia Z-18 de Paraty. AMBIG e PROPESCAR foram convidados, mas não confirmaram o interesse em integrar o conselho. Não conseguimos o contato com a Colônia Z-17, de Angra dos Reis. Para o Setor de Turismo, A Associação de Barqueiros de São Gonçalo, que trabalha com Turismo de Base Comunitária, se candidatou para integrar o conselho. Foi lembrado também o Convention Bureau para compor o Setor. Os representantes da Prefeitura de Angra dos Reis ficaram responsáveis por contatar o Convention Bureau. Diego, da BIOMA, ficou de entrar em contato com associação de mergulho de Paraty, outra instituição que poderia integrar o Setor de Turismo. O SEBRAE também foi lembrado. Para o Setor Comunitário confirmamos a continuidade das 3 Associações que já faziam parte do Conselho: AMOT – Associação de Moradores de Tarituba, Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba e AMPIA – Associação de Moradores da Ilha do Araújo. Lembrou-se também da Associação de Moradores da Prainha e a de São Gonçalo. Para o Setor de infra-estrutura a princípio continuam as 2 instituições que já integravam o conselho: Transpetro e Eletronuclear. Por fim, o setor de colegiado e ONGs teve a inclusão da ONG Cavalos do Mar e a manutenção do IED-BIG e BIOMA. O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) também manifestou o interesse, restando uma dúvida se a vaga ficaria com o FCT ou com o Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS), vinculado à Fiocruz. Decidiu-se por consenso ampliar o prazo de convite oficial as instituições que integrarão o conselho até a data da primeira reunião de 2018, prevista para o dia 27 de fevereiro.

Fernando encerra a reunião às 17:15hs, agradecendo a presença de todos.

Eu, Aliane Alves da Fonte Motta, redigi a presente ata que vai assinada por mim e pelo presidente do conselho.

Aliane Alves da Fonte Motta

Luiz Fernando Guimarães Brutto